

## A CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PROCESSO E ATORES

VANESSA SILVA DA SILVA<sup>1</sup>; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – vaneguinh@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surge dos estudos realizados no mestrado em educação e assinala alguns apontamentos preliminares sobre a elaboração das três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é a proposta de unificação curricular de 60% dos conteúdos da educação básica (sendo a última versão apenas referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental) para todas as escolas do país. Um dos objetivos deste trabalho consistiu em mapear os principais atores das diversas esferas: governamentais, sociedade acadêmica e civil organizada e instituições privadas que participaram de cada uma das etapas de elaboração das três versões, bem como abordar o período político nacional e internacional, com a intenção de perceber as influências na elaboração dos distintos textos, buscando, por fim, compreender quais concepções de educação, currículo e formação de sujeitos estão explícitos e implícitos nos documentos.

### 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa de teor crítico, sendo utilizada para análise a "Análise de Conteúdo" (AC), bem como os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental. O estudo aproxima-se das concepções teóricas e metodológicas de Stephen Ball (2009), em virtude do seu entendimento da política educacional como um campo complexo, não estático, linear, não neutro e que é marcado por disputas, embates e interesses. Utilizou-se da metodologia de análise de conteúdo por acreditar que esta abordagem atende aos objetivos desta pesquisa, cuja definição pode ser expressa como:

um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1994). De acordo com Triviños (1987), essa definição de Bardin volta-se ao estudo das comunicações entre os indivíduos, enfatizando o conteúdo das mensagens e os aspectos quantitativos do método (SILVA et al. 2005. p. 73).

A Análise Comparada será utilizada como ferramenta metodológica no cotejamento das três versões preliminares. Várias referências foram utilizadas em momentos pontuais da pesquisa sobre o conceito de currículo, tais como os trabalhos de Silva (2000; 2002), Pacheco (2001; 2009), bem como os de Gaspar e Roldão (2007); sobre os conceitos de política pública e educacional os trabalhos de Oliveira (2010) e Azevedo (2003).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A regulamentação no setor das políticas públicas educacionais no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990 vem seguindo na direção apontada pela OCDE, BID, UNESCO e BM, principais agentes internacionais que atuam em nível regulatório, orientando as agendas políticas de diversos países, ao ponto de Dale (2004) afirmar que há uma "Agenda Globalmente Estruturada" para a educação. A análise de textos produzidos por organismos internacionais voltados para a educação (SHIROMA, 2014, CÓSSIO, 2016), assinalam que é recorrente a recomendação de que os sistemas adotem bases curriculares que orientem para conhecimentos necessários em cada etapa/nível de escolarização com vistas à qualificação da educação. Estes e outros atores influenciam e influenciam a formulação dos principais documentos regulatórios da educação em nosso país, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (9.394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs para o ensino fundamental (I e II segundo ciclo 1997 e III e IV ciclos 1998) e PCNEM ensino médio (1999) os PCNs para a educação infantil de 2000 e 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (DCNEF) de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) de 2013 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que corroboram com a ideia de uma base nacional comum curricular.

Por forte pressão para o cumprimento das metas do PNE referente a construção da BNCC, sobretudo pelo movimento "Todos Pela Educação" e pelo "Movimento pela Base Nacional", o debate no Congresso Nacional sobre o projeto se intensifica a partir de 03 de dezembro de 2014 quando, em reunião extraordinária, ocorre a primeira de cinco audiências públicas com a finalidade de debater sobre a construção da BNCC. Entre os convidados estavam Alice Casimiro Lopes, Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann; Eduardo Deschamps, 1º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Maria Beatriz Luce, Secretária de Educação Básica do MEC; Paula Louzano, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

No dia 30 de julho de 2015 o governo federal lança uma plataforma eletrônica, intitulada "Portal da Base", como ferramenta de consulta social, visando a necessidade de um processo de elaboração feito democraticamente. Em setembro o ministro da educação Renato Janine Ribeiro, pela portaria nº 592<sup>1</sup>, institui uma comissão de especialistas, a qual deveria ser formada por 116 membros indicados pela Secretaria de Educação Básica (SEB), juntamente como o Conselho de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Universidades Federais e Estaduais e grupos da sociedade civil.

A primeira versão foi publicada em 16 de setembro de 2015, a despeito das diversas críticas advindas de movimentos sociais ligados ao setor educacional. Após o lançamento o MEC convidou pesquisadores reconhecidos no meio acadêmico para darem pareceres individuais e apresentar sugestões à BNCC nas respectivas áreas de atuação. No sítio "Portal da Base" contou-se 91 pareceres dos nomeados "leitores críticos" e na análise de 48 pareceres provenientes de 24 instituições de ensino<sup>2</sup>. O MEC contabilizou, segundo dados obtidos via portal, um

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=21361-port-592-bnc-21-set-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21361-port-592-bnc-21-set-2015-pdf&Itemid=30192).

<sup>2</sup> Ver quadro de pareceres analisados pela equipe de redatores disponível em:

[http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/REVISAO\\_DOCUMENTO\\_PRELIMINAR-PROPOSICOES\\_%20INICIAIS.pdf](http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/relatorios-analiticos/REVISAO_DOCUMENTO_PRELIMINAR-PROPOSICOES_%20INICIAIS.pdf).

total de 12.226.510 contribuições, tendo sido cadastrados mais de 300 mil participantes, sendo destes, 207 mil professores, até a data de 15 de março de 2016. A segunda versão foi apresentada pelo ministro da educação Aloizio Mercadante ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 3 de maio e iniciaram-se os encontros promovidos pela CONSED e UNDIME, havendo a participação de aproximadamente 9 mil pessoas durante os 27 seminários<sup>3</sup> estaduais ocorridos entre os dias 23 de junho e 10 de agosto de 2016. No dia 14 de setembro de 2016 o documento de 22 páginas foi entregue ao Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho, encerrando a segunda etapa de elaboração da base.

A terceira versão, apresentada no dia 06 de abril de 2017, teve como organizadora e coordenadora a professora Ghisline Trigo Silveira, contando com 396 páginas e apresentando aspectos significativos que a diferenciam das versões anteriores. Em linhas gerais, se pode dizer que esta versão buscou responder, ao longo de seu texto, alguns questionamentos presentes nas contribuições da comunidade educacional por meio das consultas online e audiências públicas, bem como a questão da diferenciação entre base e currículo. A terceira versão trata das etapas de educação infantil e do ensino fundamental, visto que o ensino médio será contemplado em uma segunda etapa<sup>4</sup>, enfatizando as áreas de leitura, escrita e cálculos e excluindo as discussões construídas ao longo das duas versões anteriores sobre gênero e diversidade sexual.

#### 4. CONCLUSÕES

Entende-se que há consonância entre o texto da última versão da BNCC e as diretrizes norteadoras contidas nos documentos dos organismos internacionais (como a OCDE, BID, UNESCO e BM), além de atores e entes nacionais que se mobilizaram para efetivá-la na perspectiva do currículo único. Em que pese se reconheça a importância de se ter diretrizes nacionais que reduzam as desigualdades e promovam a equidade, não se acredita que a democratização da formação escolar poderá ocorrer por meio da homogeneização do currículo. Ademais, diretrizes curriculares para a educação básica já existem e parecem ser suficientes para orientar o currículo. A qualidade educacional precisa ser pensada sob a lógica do compromisso social e do direito de todos ao acesso e avanço em suas trajetórias educativas, propiciando a formação de sujeitos capazes de pensar e agir autonomamente, e não como forma de padronizar os conhecimentos, valorizando "habilidades e competências" requeridas pelos setores produtivos da sociedade

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>3</sup> A lista dos Estados, data, local, lista de selecionados e programação está disponível em: <<http://seminarios.bncc.undime.org.br/>>.

<sup>4</sup> A segunda parte da base, referente ao ensino médio deverá, segundo o MEC, passar por mais uma série de discussões realizadas em novos seminários estaduais tendo em vista a alteração ocorrida na LDB e a reforma do ensino médio realizada primeiramente por Medida Provisória (MP 746), e sancionada como lei em 16 de fevereiro de 2017. Para maiores informações referentes à tramitação do processo e números da consulta pública acessar: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>>. Mais informações no Diário Oficial da União, disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>>.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/210>>. Acesso em: 01 out. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

AZEVEDO, S. de. **Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JUNIOR, O. A. (et al.). Políticas públicas e gestão local: programas interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 38-44.

BALL, Stephen. Entrevista. Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, v.30, nº, 106, p. 303-318, 2009.

GASPAR, M.I. e ROLDÃO, M. C. **Elementos do Desenvolvimento Curricular.** Lisboa: Universidade Aberta. 2007. 214 p.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Goiás: PUC, 2010. p. 93-99. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

PACHECO, J. A. Currículo: entre teorias e métodos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009a. p. 383-400. Disponível em: <[http://baseddp.mec.gub.uy/Documentos/Bibliodigi/Cadernos\\_de\\_pesquisa\\_137\\_383-400.pdf](http://baseddp.mec.gub.uy/Documentos/Bibliodigi/Cadernos_de_pesquisa_137_383-400.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2017.

PACHECO, J. A. **Curriculum: teoria e práxis.** Porto: Porto Editora. 2001. 272 p.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade** – uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica. 2002. 154 p.

SILVA, T. T. **Teorias do Currículo.** Uma introdução. Porto: Porto Editora, 2000. 160 p.